

**A GEOGRAFIA DO LITORAL QUE PULSA NA
MEMÓRIA: DESCOBERTAS, CONHECIMENTOS E
RECONHECIMENTOS**

**LA GÉOGRAPHIE DE LA CÔTE EN PULSATION DANS
LA MÉMOIRE:
DÉCOUVERTES, CONNAISSANCES ET
RECONNAISSANCES**

**LA GEOGRAFÍA DE LA COSTA QUE PULSA EN LA
MEMORIA:
DESCUBRIMIENTOS, CONOCIMIENTOS Y
RECONOCIMIENTOS**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2021.i2.p.51-70

Maria Augusta Mundim Vargas

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas CNPq Sociedade e Cultura

E-mail: guta98@hotmail.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-0815-6187>

RESUMO

A construção deste texto encerra a escrita de memórias sobre os caminhos de nossas produções geográficas. A sua estrutura está orientada pela linha do tempo, didaticamente qualificada em três períodos: descobertas, conhecimento e reconhecimento. Procuramos oferecer maiores detalhes das abordagens metodológicas pelo fato de possibilitarem melhor compreensão dos métodos iluminados pelas técnicas e pelos instrumentais das pesquisas realizadas e, assim, proporcionar melhor distinção entre os estudos da década de 1980 e aqueles realizados nos meados de 2015.

Palavras-chave: Espaço Social; Geografia Cultural; Abordagens Metodológicas.

RESUMÉE

La construction de ce texte organise l'écriture de souvenirs sur les itinéraires de nos productions géographiques. Sa structure est guidée par la chronologie, didactiquement qualifiée en trois périodes: découvertes, connaissances et reconnaissances. Nous cherchons à offrir plus de détails sur les approches méthodologiques car elles permettent une meilleure compréhension des méthodes éclairées par les techniques et instruments utilisés par les recherches qui ont été réalisées et, ainsi, mieux différencier les études des années 80 et celles réalisées pendant 2015.

Mots-clés: Espace social; Géographie Culturelle; Approches méthodologiques.

RESUMEN:

La construcción de este texto pone fin a la escrita de memorias sobre los caminos de nuestras producciones geográficas. Su estructura está guiada por la línea de tiempo, didácticamente calificada en tres períodos: descubrimientos, conocimiento y reconocimiento. Buscamos ofrecer más detalles de los enfoques metodológicos porque permiten una mejor comprensión de los métodos iluminados por las técnicas e instrumentos de la investigación realizada y, así, brindan una mejor distinción entre los estudios de la década de 1980 y los realizados en el mediados de 2015.

Palabras clave: Espacio Social; Geografía Cultural; Enfoques Metodológicos.



1 INTRODUÇÃO

A construção deste texto encerra o prazer da escrita de memórias sobre os caminhos de nossas produções geográficas. O recorte é dado em atenção à solicitação dos organizadores do Dossiê Territórios Costeiros cujas intenções são de pronto louváveis, pois isso certamente proporcionará o encontro de vários temas e abordagens. Seguindo o olhar de Manoel Correa de Andrade, que, na década de 1960, nos apresentou o Nordeste plural, a geografia sergipana prospera, seguramente, ao trazer o litoral em múltiplas dimensões e em diversos percursos metódicos.

E, em face da proposta da coletânea de se constituir um dossiê, a produção do texto foi orientada pela linha do tempo, desde minha chegada a Aracaju, em dezembro de 1979, com o sonho de me assentar à beira-mar para inspirar e expirar outras geografias. Já em janeiro de 1980, assumi a execução de “projetos especiais” na recém-criada Administração Estadual do Meio Ambiente – Adema e, em junho do ano seguinte, me mudei para a ‘longínqua¹ praia selvagem’ de Atalaia, atualmente bairro Coroa do Meio.

Esses primeiros anos (1980-1990) corresponderam ao período das descobertas de outras geografias que, ainda sob o paradigma positivista, não impediram o deslumbre ao identificar “o que e onde”, tanto quanto as causas e os efeitos, de fenômenos e das novas paisagens que foram surgindo e ampliando minha visão de mundo. A seleção da produção desse período é emblemática destes aspectos pontuados: (i) Zoneamento dos riscos e das potencialidades ecológicas do Estado de Sergipe e (ii) Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá.

À seção de descobertas, segue o relato delineado pelo conhecimento do território sergipano como uma instância adventícia de sua geohistória, política, cultura e economia, em que se desvelam relações desde as esferas dos sentidos do poder aos sentidos das partilhas. Registram-se nesse período (1991-2005), nomeado de ‘conhecimentos’, entradas e mergulhos, sobretudo no Sertão e no Baixo São Francisco, como consequência dos estudos do mestrado e do doutorado e da participação da equipe do Núcleo de Estudos do Semiárido, que, em 1996, criou e se constituiu linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Por esses estudos, a brisa litorânea alcançou apenas os municípios de Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu na execução de pesquisa sobre a dimensão cultural, possibilitando exercer uma outra geografia, desta feita ancorada pela e a partir da natureza produzida pelas relações sociais e não mais pela externalidade de suas causas e de seus efeitos.

¹O bairro Coroa do Meio era à época longínquo para os aracajuanos por distar 10 km do centro da cidade e pelo fato de não oferecer equipamentos mínimos, como padaria, farmácia, mercadinho.



Uma breve retrospectiva sobre minha formação justifica a importância de associar as descobertas das geografias de Sergipe àquelas teóricas e metodológicas que se seguiram. Recebi formação pelo alinhamento determinista indutivo da escola francesa; dei continuidade na atuação profissional com o positivismo lógico para, em seguida, ter a oportunidade de pensar e praticar a geografia pelo materialismo histórico conduzido pela dialética como construto de nossos estudos. Ressaltam-se, nesse período a efervescência de produções críticas dos primeiros anos após a promulgação da Constituição em 1988 e a ampliação de linhas de financiamento e fomento de pesquisas em todas as áreas.

Retomando, apresenta-se, na segunda seção, o relato da (i) Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo – área lindeira à faixa de dutos Carmópolis-Atalaia e (ii) Valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe. Ambos os estudos foram financiados pela Petrobras, interessada naquele momento em conhecer melhor as socioespacialidades das áreas em que atuava, com o intuito de gerar normativas internas e cadernos instrutivos para a população potencialmente impactada por possíveis desastres decorrentes das atividades de exploração, produção e transporte² da empresa. A coordenação desses estudos, que envolveram em determinados momentos mais de vinte estudantes, ‘provocou’, em 2004, o registro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no CNPq.

O texto segue apresentando o ‘reconhecimento’ de que Sergipe é o pequeno grande Estado brasileiro, celeiro de uma cultura que se guarda e refaz tradições diversas e enraizadas na matriz indígena-portuguesa-africana das manifestações e expressões populares. Esse é o período gestado com os estudos sobre a dimensão cultural do Sertão e do Baixo São Francisco e se consolida com a empreitada de realizar um inventário das expressões e manifestações culturais do Estado (2009) em atenção à Secretaria de Planejamento³ e, em seguida, um estudo comparativo do patrimônio imaterial entre Goiás, Ceará e Sergipe⁴ (2010/13). Ambos permitiram ‘visitar e geografizar’ todos os municípios do Estado, desvelando camadas materiais e simbólicas que ancoravam a produção de uma geografia de saberes e fazeres até então guardada em minhas intenções.

² Essas ações/pesquisas foram desenvolvidas em Sergipe e nas demais áreas de atuação da Petrobras e resultaram na criação de normativas internas e, posteriormente, na implantação do Programa de Educação Ambiental em Comunidades Costeiras – PEAC.

³ Refere-se ao Projeto Identidade, Cultura e o Desenvolvimento dos Territórios Sergipanos com a realização do Inventário Cultural de cada um dos oito Territórios de Sergipe e a Elaboração de um Atlas da Cultura Sergipana por intermédio de contrato com a Sociedade Semear – Parceria 01/2009. Ver Vargas e Neves (2009). Versão resumida do Atlas foi publicada pelo Governo do Estado de Sergipe com o título “Sergipe Cultura e Diversidade – conhecer, reconhecer, valorizar” (2010). Outras publicações, ver Vargas et al. (2010); Vargas e Neves (2011) e Vargas (2010, 2011).

⁴ Refere-se ao Projeto “Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe”, financiado pelo Edital Pro-Cultura 07/2008 CAPES/MINC. Ver Vargas (2014, 2016). Em consequência desse projeto, o Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura passa a atuar na Comissão Organizadora do Simpósio do Encontro Cultural de Laranjeiras (2010), na coordenação da Comissão Científica e na realização do Fórum Patrimônio e Festas de Sergipe (2011).



Foi, portanto, no momento de virada do século que aproximamos e vivenciamos não somente a visibilidade da cultura, mas, sobretudo, o reconhecimento de que a geografia contribuiu significativamente para a explosão de territórios identitários, políticos, simbólicos, de políticas públicas, dentre tantos que se construíram pelo caminho do lugar-território de povos, comunidades, ancestralidade, memória etc. A geografia se posiciona no lugar dos colonizados – da geografia colonizada – e se volta para o lugar de escuta de sujeitos encontrados e postos como narradores de geografias e histórias até então retidas na oralidade.

Assim ocorreu, em 2015, com o encontro de jovens do Projeto Japarutuba em Rede, no qual atuei como oficina motivadora para o fazer, produzir e gestar da cultura do lugar. As oficinas encerraram a primeira atividade do projeto, e o êxito e o entrosamento com os jovens resultaram em nossa participação, juntamente com a comunidade, na organização de edições da Jornada de Estudos Artur Bispo do Rosário e na orientação da dissertação de mestrado *Limites e fronteiras: perspectivas emancipatórias no povoado São José da Caatinga em Japarutuba, Sergipe*, de César Augusto França Ribeiro.

Foi, também, no ano de 2015 que se finalizou o Projeto “Grandes projetos e identidades locais: possibilidades e desafios das pequenas comunidades costeiras”, com a entrega do relatório final. Ressalta-se ainda que os recursos desse projeto financiaram a realização de três pesquisas de Iniciação Científica com graduandos, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado cujos temas trataram de questões de comunidades litorâneas. Essa conjunção resultou, além disso, no financiamento da edição de uma coletânea e de uma cartilha.

Pelo exposto, essas produções encerram o relato da última seção, observando o resguardo dos textos tal como produzidos. A última seção traz um balanço de nossas descobertas, nossos conhecimentos e nossos reconhecimentos geográficos para além do chão e das gentes do litoral sergipano.

2 DESCOBERTAS

O **Zoneamento dos riscos e das potencialidades ecológicas do Estado de Sergipe** foi realizado com recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no período de 1982 a 1985. Tido como produto, constou de uma coleção de cartas expressas em graus que indicam as potencialidades e as fragilidades do meio físico e socioeconômico, com o objetivo maior de integrar a variável ambiental ao planejamento territorial, importantes para a atuação da Adema. Tratou-se do primeiro estudo que abarcou todo o Estado de Sergipe, marco da pesquisa voltada ao



planejamento ambiental do recém-criado órgão, em outubro de 1978, possível por um somatório de esforços financeiros, estruturais e humanos da reduzida equipe⁵.

O quadro conceitual tomou o estudo de geossistema desenvolvido por Sothava (1977); a geomorfologia nos estudos integrados de ordenação do meio natural elaborado por Tricart (1977) e o texto *Análise geográfica dos riscos ecológicos*⁶.

Até se alcançar a carta final dos ‘riscos e potencialidades ecológicas’ foram elaboradas 13 cartas referentes às variáveis selecionadas (e possíveis de serem mapeadas) do meio físico e socioeconômico que constituíram o suporte para a elaboração de sete cartas-base (erodibilidade, riscos de enchentes, riscos de secas, riscos de poluição das águas, densidades de população, ocupação do solo e pressão das indústrias), para, em seguida, se construir as duas cartas semifinais de ‘vulnerabilidade do meio físico e pressão das atividades humanas’.

No que diz respeito aos resultados alcançados, registra-se, além de seu caráter inovador, por eleger a escala de 1:500.000, o que possibilitou mapear todo o Estado, a significativa utilidade das cartas temáticas de acordo com suas especificidades. A carta de vulnerabilidade do meio físico mostra forte vulnerabilidade nas áreas costeiras e semiáridas, o que não constitui novidade pelo conhecimento anterior de suas características. Entretanto, mapear 70% da superfície do Estado com vulnerabilidade média constitui um alerta para o necessário estabelecimento de limites de uso dos recursos ambientais de Sergipe.

As áreas potenciais correspondem aos tabuleiros da porção centro-sul, aos vales costeiros e aos estuários. Conhecendo-se a história de Sergipe, da cana, do algodão e do gado, e sabendo do atual (década de 1980) uso e ocupação dessas áreas com a agroindústria cítrica e canavieira, com a expansão urbana e industrial, há que se reforçar a importância de não se perder de vista medidas e ações conservadoras com vistas ao longo prazo.

No que diz respeito à pressão das atividades humanas, chama-se atenção para a situação de risco em que se encontra o estuário do rio Sergipe. A exploração do petróleo, a especulação imobiliária em torno de Aracaju e a expectativa de implantação de um complexo portuário e industrial no litoral do município de Barra dos Coqueiros colocam as regiões do médio vale e do estuário do rio Sergipe numa condição em que os impactos ambientais, decorrentes dessas atividades antrópicas, devem ser expostos, estudados e dimensionados.

⁵ Equipe: Maria Augusta Mundim Vargas (Coordenadora), Lucilene Tiyomi Takahashi (Geógrafa), Eduardo Henrique Rode (Engenheiro Agrônomo) e Telma Rubia Cardoso Resende (Consultora).

⁶ *Essai de géographie des risques écologiques*. Paris: Ministère de la Qualité de la Vie, 1976.



O **Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá** também foi financiado pela FINEP⁷ durante o período de 1982 a 1984. O referencial teórico levou em consideração (i) o homem: o caranguejeiro na atividade específica da captura do caranguejo e o engajamento da família nessa e em outras atividades produtivas; (ii) o habitat: as condições de moradia, mobilidade e estabilidade geográfica e (iii) o meio de produção: a percepção dos caranguejeiros em relação aos bosques de mangue e sua forma de utilização⁸.

O trabalho de campo desenvolveu-se em 14 pontos de amostragem nos seis estuários ocorrentes, utilizando-se de questionário com encadeamento de questões que permitiram dialogar com os caranguejeiros sobre as condições de captura e venda de caranguejo, bem como informações complementares. Foram aplicados 205 questionários nos 15 municípios costeiros, sendo que em nove deles o sítio da sede está próximo das ou total ou parcialmente sobre áreas de mangue. São eles: Pirambu, Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju, São Cristóvão, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Nos demais, os mangues situam-se afastados das sedes, geralmente próximos a povoados e aglomerados rurais – Brejo Grande, Pacatuba, Laranjeiras, Riachuelo, Itaporanga D’Ajuda e Estância. Os povoados assemelham-se no seu aspecto físico, pois, em todos, se verificou a predominância de casas de taipa com telhados de palha de coqueiro. A ocupação linear também domina com disposição das casas contíguas, formando um núcleo central ao longo de uma única ‘rua’ principal ou às margens de canais e rios.

Os resultados ressaltaram aspectos como: (i) as condições de vida do caranguejeiro; (ii) a captura de subsistência; (iii) a captura comercial; (iv) a produção; e (v) o destino da produção.

De uma maneira geral, a ‘vida de caranguejeiro’ não difere em decorrência da qualidade do mangue. A grande maioria possui casa própria pela autoconstrução e constituída predominantemente de sala, quarto e cozinha. A família é caracteristicamente numerosa, verificando-se uma média de 5,5 pessoas por residência. Seu horário de trabalho não se enquadra no ritmo convencional, determinado pelo período de vazante das marés. O ambiente de trabalho é lodoso, e se exigem prática e muita energia para locomoção e retirada do caranguejo-uçá das tocas.

A situação de marginalidade é nítida perante o *status* dos pescadores de peixe nos povoados em que habitam e mais acentuada no estuário do rio Japarutuba, perante os pescadores de camarão.

⁷ FINEP – Empresa Pública de Inovação e Pesquisa. O estudo correspondeu ao Subprojeto III, realizado por Maria Augusta Mundim Vargas (com consultoria de Jean Robert Weissshaupt), integrante do “Estudo Bioecológico do Caranguejo-uçá”, que abarcou também o Subprojeto I – “A Bioecologia do caranguejo-uçá”, realizado por Solange Nascimento, e o Subprojeto II - “Levantamento da Flora e caracterização dos bosques de mangue”, realizado por Marly Menezes Santos.

⁸ O estudo foi publicado na Revista GeoNordeste (VARGAS, 1986) e na coletânea de trabalhos do Encontro Ciências Sociais e o Mar no Brasil (VARGAS, 1988).



A projeção do caranguejeiro é reconhecida somente entre eles, na época do inverno, quando o “efetivo” se mostra melhor que os demais, alcançando produção elevada⁹.

Nos estuários dos rios São Francisco, Japarutuba, Sergipe e Vaza-Barris, a captura de caranguejo-uçá voltada para a comercialização não é representativa economicamente, salvo para as famílias que vendem total ou parcialmente a produção, predominando o que caracterizamos de ‘captura de subsistência’. Isso porque uma parcela significativa dos entrevistados nesses estuários não realiza a captura continuamente, declarando que a prática se dá pela situação de desemprego, pela folga das atividades da roça e/ou pela abundância/facilidade de captura em determinados períodos do ano.

O complexo estuarino Piauí-Real-Fundo é responsável por 41,1% da produção comercializada em todo o Estado, sem, contudo, abarcar o maior número de caranguejeiros “efetivos”, identificados no estuário do Vaza-Barris. Possui bosques de mangue em melhores condições de conservação e preservação que os demais estuários com caranguejos com tamanhos apreciados pelos consumidores. Essa é a única área do Estado em que foram identificadas formas de assalariamento dominando a livre iniciativa de ser caranguejeiro. Observaram-se relações capitalistas de produção nas quais cambistas investem em canoas para que os caranguejeiros alcancem bosques mais distantes, bem como pagamento por produção. O Vaza-Barris apresenta produção significativa, mas uma extensão considerável de bosques de mangue já se encontra impactada.

Onde domina a pesca de peixe e camarão, pelas condições desfavoráveis dos bosques de mangue, o número de caranguejeiros “efetivos” é reduzido – São Francisco e Japarutuba, e, nos estuários dos rios Sergipe e Vaza-Barris, as grandes extensões de mangues, mesmo que bastante estressados, somadas à expressiva densidade de população, encerram um número significativo de caranguejeiros “efetivos”, sem, entretanto, corresponderem a maiores produtividades. É o que mostra o quadro 1. Das 37.090 cordas que se estimam capturadas semanalmente, chegou-se a que 45,7% se destinam a Aracaju; 21,5% ao interior do Estado; igual quantitativo a Salvador, e o restante, 11,3%, extraído nos estuários dos rios Japarutuba e São Francisco, é comercializado nas feiras locais.

Há que se ressaltar que a destruição do ecossistema manguezal, responsável pela reprodução de inúmeras espécies, atinge fundamentalmente aqueles pescadores que praticam a pesca denominada nesse estudo de semimercantil, englobando os caranguejeiros e pescadores de peixe de estuário, detentores de pequenas embarcações. Identificou-se, na região costeira sergipana, a

⁹ O caranguejeiro “efetivo” foi considerado como um grupo semimercantil que produz para o consumo próprio e para o mercado, diferenciando-se daquele voltado somente para o consumo próprio. Diegues (1983) aborda o processo de proletarianização da pesca oceânica quando se afirmam as relações de produção capitalista com a separação efetiva do pescador e dos meios de produção.



erradicação da vegetação de mangue para fins variados como: corte de lenha, construção civil, cerca, formação de tanques, viveiros, salinas, até a extinção com aterros para vias, rodovias e loteamentos.

Quadro 1: Produção semanal de caranguejo-uçá dos estuários de Sergipe – 1984.

Especificação Estuário	Qtd. questionários	Qtd. cordas	Caranguejeiros estimados	Qtd. cordas estimada	% Total
São Francisco	13	582	50	2.240	6,0
Japarutuba	12	412	53	1.820	5,0
Sergipe	54	1.460	277	5.560	15,0
Vaza-Barris	58	2.460	290	12220	32,9
Piauí/Real	68	4.043	279	15.250	41,1
TOTAL	205	8.885	949	37.090	100,0

Fonte: Projeto Levantamento Socioeconômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá. Adema, 1984.

Obs.: Estimativa de acordo com dados dos questionários, entrevistas com lideranças e consultas às Colônias de Pescadores.

O estudo possibilitou apreender a elevada relação homem-terra (mangue) em detrimento das relações trabalho-capital ou terra-capital. Grande absorvedora de trabalho, a economia desse grupo envolvido com a captura de caranguejo-uçá se reproduz a si mesma continuamente, interrompida nos pequenos intervalos de ecdise, sem que ocorra acumulação de capital. Acrescenta-se a isso a condição de marginalidade social e econômica que lhes é imposta pelo baixo valor de sua força de trabalho.

Dessas colocações extrai-se considerar que recomendar que os bosques de mangue e o mangue como um todo devem ser conservados e preservados não basta para solucionar os problemas de seu uso predatório, mesmo que se implementem programas de conscientização. É a política de desenvolvimento que induz o processo, a ocupação e a reprodução dos espaços, definindo usos e interesses.

3 CONHECIMENTOS

Como já exposto, os estudos sobre a “Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo”¹⁰ tiveram como objetivo avaliar a percepção sobre a atuação da indústria

¹⁰ Esse projeto foi concebido pela equipe da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e financiado pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello (CENPES). Equipe: coordenação geral, Prof. Dr. Gabriel Henrique da Silva; Coordenação em Sergipe, Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas; fiscal do projeto pela UN-SEAL, Petrónio Bonfim Bacelar. Projeto desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto. O projeto proporcionou a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade e Cultura registrado no CNPq. A equipe técnica foi composta pela especialista em Análise Espacial Lucilene Tiyomi Takahashi, pelo mestrando Daniel Almeida da Silva e pelos graduandos Alexandre Guimarães Santana (Engenharia Elétrica), Carlos Eduardo Santos Moraes, Denise Renata dos Santos, Roalisson dos Santos, Ronilse Pereira de Aquino (Geografia), Heriberto Alves dos Santos, Mara Angélica dos Santos (Engenharia Florestal) e Saulo dos Santos Lopes Cruz (Direito).



do petróleo e ocorreram em dois momentos: a “Área limdeira à faixa de dutos Carmópolis-Atalaia” foi entregue em 2004 e a “Valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe”, em 2006.

“**Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo - Área limdeira à faixa de dutos Carmópolis-Atalaia**” entregou à Petrobras (i) banco de dados com todas as informações primárias obtidas no levantamento de campo e armazenadas pelo programa SPHINX; (ii) banco de dados em CD-ROM com todas as notícias veiculadas pelos jornais *Gazeta de Sergipe* (1960-1970) e *Jornal da Cidade* (1971-2003), distinguindo-as em níveis (local, nacional e internacional) e em 17 conteúdos quanto à abordagem temática; (iii) relatório com dados de campo interpretados e discutidos (719 questionários) com contextualização da região estudada através de dados secundários e depoimentos de ONGs sobre a indústria do petróleo.

O desenho da pesquisa teve como arcabouço metodológico a apreensão da percepção ambiental. Interessou-se por captar a percepção da paisagem resultante e em mutação criada pela indústria do petróleo. Entendemos como percepção o processo cognitivo e, portanto, dinâmico de apreensão e manifestação. A apreensão implica o entendimento e a manifestação, o julgamento e, por vezes, a ação expressada em atos de conduta. Os dados primários foram coletados pela aplicação de questionários aos moradores do entorno da faixa de dutos, pelo registro fotográfico e pela realização de entrevistas.

As 61 perguntas colocadas no questionário proporcionaram a análise de aspectos diferenciados na abordagem da percepção. São eles: 1- Perfil da população; 2- Percepção ambiental, entendendo o meio ambiente como resultante da relação do homem com seu meio, seu entorno traduzindo as configurações do habitat socialmente criado e modificado pela ação humana; 3- Percepção dos riscos ambientais, em que a qualidade de vida foi avaliada levando-se em conta aspectos específicos e relacionados aos riscos ambientais, principalmente pela avaliação dos riscos de incêndios e de derramamento de óleo; 4- Percepção da indústria do petróleo, pela avaliação da sua imagem enquanto signo sujeito a interpretações que evidentemente são perpassadas pelas práticas sociais e sua relação com os aspectos econômicos e ambientais do universo múltiplo dos bairros e localidades da pesquisa; procurou-se, ainda, avaliar a identidade com a indústria do petróleo, pelo reconhecimento da importância e da imagem formada e pelo entendimento e julgamento a respeito dela; 5- Percepção cidadã, pela avaliação das formas de manifestação das pessoas com relação à indústria do petróleo no que se refere às vantagens que ela traz para o lugar, a cidade, o município e o Estado/região; como se posicionam frente aos riscos ambientais e às ações sociais e de preservação ambiental da Petrobras.

A pesquisa em dois veículos de comunicação de âmbito estadual possibilitou a construção da imagem da indústria do petróleo segundo a imprensa sergipana. Foram levantadas, resumidas,



catalogadas e tipificadas pelo conteúdo e pela escala de abrangência 1.630 matérias referentes ao período de 1960 e 2003.

Para efeito da análise, decidiu-se pela distribuição dos bairros e localidades em seis setores descritos, brevemente, a seguir.

A área do petróleo estudada abarca oito municípios, dentre os quais Carmópolis e Aracaju, onde se encontram importantes bases de produção, armazenamento, distribuição e logística da Petrobras. Em números, a população dos oito municípios¹¹ era de 715.726 habitantes em 2000; a população aproximada do entorno da faixa de dutos, 78.000, e a população lindeira à faixa de dutos, 7.530 habitantes¹². O perfil da população amostrada aponta que é composta predominantemente por mulheres, jovens e adultos, com família constituída, residente no entorno da faixa de dutos há mais de 10 anos, ocupada no setor informal, de baixa qualificação e baixo grau de escolaridade.

A população amostrada identifica o principal problema do lugar (segurança e saúde), e a poluição (qualidade da água e saneamento) sobressai como principal problema ambiental e os governantes como responsáveis por tal situação. A maioria associa a imagem da Petrobras de forma positiva ao desenvolvimento com bom nível de conhecimento das atividades petrolíferas e das vantagens trazidas, identificando acidentes como principal risco. Uma pequena parcela tem conhecimento das ações mitigadoras, das informações sobre riscos e prevenção de acidentes e de programas sociais e ambientais. O elevado nível de desinformações se mantém com relação aos royalties.

O relatório finda sugerindo ações propositivas, quais sejam:

i) Construção de uma pauta política para interdependência das ações de informação e mitigação das atividades da indústria do petróleo entre as Gerências e a Comunicação Social através da identificação e avaliação dos pontos frágeis das políticas e práticas da empresa com a responsabilidade social;

ii) Implantação de um plano de ação para a melhoria de cada localidade considerando os elementos contidos no relatório, tais como: gênero, segurança, saúde, saneamento ambiental, geração de trabalho e renda, ações educativas e preventivas, comunicação e difusão de informações, sobretudo, dos perigos e das ações de controle;

iii) Desenvolvimento de parcerias e execução de obras de manutenção e melhorias na faixa de dutos de acordo com a valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe e com as demandas formuladas pelas comunidades de entorno das faixas de dutos;

¹¹ General Maynard, Rosário do Catete, Maruim, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, além dos já citados Aracaju e Carmópolis.

¹² Com base nas informações do número de prédios dos croquis da Fundação Nacional da Saúde/Governo de Sergipe e no número médio de cinco habitantes por domicílio encontrados no universo da pesquisa.



iv) E acompanhamento dos indicadores socioambientais produzidos através de avaliação dos resultados das ações que serão implementadas pela elaboração de plano de ação social conjunta para cada localidade e bairro pesquisados.

Em sequência, a **“Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo - Valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe”**¹³ entregou à UENF e à UNSEAL, em março de 2006, um minucioso inventário sobre o perfil socioeconômico dos usuários do litoral sergipano.

O eixo metodológico estruturante da pesquisa foi definido pela realização de diagnóstico socioambiental com pessoas e segmentos produtivos, habitantes e frequentadores das praias e da região costeira do Estado de Sergipe. Foi de interesse levantar os usuários da área litorânea e saber quem são, como o usam e como usufruem de sua base física – as águas, a fauna, a flora e o solo do entorno, tendo sido definidos como segmentos da pesquisa: (i) frequentadores, (ii) pescadores, (iii) estabelecimentos, (iv) sócios de marinas, (v) marinas, e (vi) Associações¹⁴, sendo que cada um desses segmentos gerou um questionário específico com universo amostral diferenciado, bem como período de aplicação distinto.

Foram aplicados 1.621 questionários em todo o litoral sergipano, privilegiando praias, condomínios, loteamentos, povoados e sedes municipais à beira-mar dos oito municípios banhados pelo Oceano Atlântico, ao longo dos 162 km de linha de praia do Estado. Ressalta-se que foram considerados outros dez municípios que correspondem à área de influência das marés e das colônias de pescadores, considerados como segmentos da pesquisa. Ainda, para facilitar a análise, o litoral foi seccionado em três setores: Litoral Norte, que corresponde à costa dos municípios de Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu e Barra dos Coqueiros, com aplicação de 205 questionários; Aracaju, que corresponde à faixa litorânea, com seis praias, com aplicação de 554 questionários; e Litoral Sul, que compreende a costa dos municípios de Itaporanga D’Ajuda e Estância, com aplicação de 189 questionários.

A avaliação socioambiental foi realizada em área correspondente a 18 municípios que perfazem 50,3% da população do Estado. Dentre as mudanças ocorridas nas últimas décadas, a orientação para o turismo destaca-se, sobretudo quando apreendido como fenômeno generalizado na costa brasileira. Em Sergipe, após a década de 1980, foram construídos polos turísticos dotando a costa de infraestrutura, o que proporcionou maior demanda para as praias e seus respectivos

¹³ A equipe técnica de Sergipe permanece a mesma, acrescida de Rodrigo Santos de Lima (graduando em Geografia) e Alessandro Carvalho de Andrade (graduando de Estatística).

¹⁴ Considerando-se que os levantamentos foram executados com vistas a subsidiar a Petrobras na execução de ações de planejamento e gerenciamento – preventivas e corretivas – no trato com as comunidades e os segmentos produtivos, evitou-se o uso de ‘sujeito’, ‘ator’ ou ‘representante’ para nomear os segmentos constitutivos do universo de usuários e frequentadores das praias e da região costeira de Sergipe.



entornos. Assim, surgiram loteamentos, condomínios, pousadas, comércio e serviços, transformando a paisagem até então “selvagem” (salvo em Aracaju) em áreas de consumo do lazer.

A especificidade que se apresenta ao longo dos 162 km de linha de praia é a ocorrência de seis estuários tipicamente tropicais e de uma reserva biológica que protege as tartarugas marinhas numa extensão de 45 km do Litoral Norte, entre os estuários dos rios Japarutuba e São Francisco, mas com vigília de preservação em toda a costa.

É no contexto dessa realidade em que os recursos da natureza se contrapõem com os usos e as ocupações, sobretudo as mais recentes, que se estabelece o interesse da Petrobras em avaliar o perfil socioambiental de usuários e frequentadores que direta e indiretamente são ou podem vir a ser afetados pelas atividades da empresa.

As ações propositivas se assemelham àquelas apresentadas para o relatório da faixa de dutos, e as especificações para cada um dos segmentos levantados e avaliados geraram informações significativas para subsidiar a Petrobras na execução de ações preventivas e corretivas de planejamento e gerenciamento.

4 RECONHECIMENTOS

O ano de 2015 estabelece um novo marco de nossa produção pela realização do primeiro Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa¹⁵, em comemoração aos 10 anos do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura; pela publicação da primeira coletânea do Grupo; pelo término de mais um projeto, desta feita voltado para pequenas comunidades do espaço litorâneo e, ainda, pela realização de oficinas com jovens do município de Japarutuba, referência na produção cultural e na permanência – ou (re)existência – de manifestações tradicionais da cultura popular.

Como não reconhecer a caminhada pelas geografias de Sergipe? Essa é uma seção que traz múltiplos temas e fazeres sobre o espaço costeiro sergipano interligados pela abordagem cultural da Geografia.

Destacamos de pronto a atuação do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura no município de Japarutuba com a efetiva participação em quatro edições da Jornada de Estudos Artur Bispo do Rosário (em 2015, 2016, 2018 e 2019) e na realização de oficinas para o Projeto Japarutuba em Rede: Juventude, Cultura e Cadeias Produtivas¹⁶, que proporcionou a construção de uma cartografia cultural.

¹⁵ O Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa já ocorreu em quatro edições (2015, 2016, 2018 e 2021), com o lançamento de três coletâneas do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura e com a construção da Rede Nacional de Grupos e Pesquisadores atuantes pelas abordagens qualitativas.

¹⁶ O Projeto Japarutuba em Rede foi financiado pelo Edital Petrobras, captado e coordenado pelo Instituto Banese.



A cartografia cultural foi fruto da Oficina “**Mapeamento de Identidades Culturais e Diagnóstico Participativo**”¹⁷, desencadeada por meio de encontros com jovens ativistas culturais de diferentes comunidades do município de Japaratuba, quais sejam: Sede, Patioba, Forges, São José, Porteiras, Sapucaia, Badajós, Sibalde, Várzea Verde e Caraíbas.

As oficinas encadearam-se com os temas (i) Conhecimento, (ii) Reconhecimento, (iii) Práticas e Vivências e (iv) Pertencimento, com exercícios dirigidos para a realização de uma pesquisa sobre manifestações, pessoas ou fatos relevantes do lugar, sobre relatos de práticas e vivências pessoais, da família e do povoado e, também, sobre a construção de uma matriz das expressões culturais.

A cartografia apresentou o repertório cultural do município de Japaratuba delineado por três eixos norteadores desse repertório, quais sejam: a herança rural, as tradições e as expressões contemporâneas, que permitiram entender a dimensão do patrimônio cultural e das identidades dos jovens – de seus entornos, do lugar e da família. A Herança Rural foi apreendida pelo saber fazer dos jovens com relação ao artesanato de palha, cipó e pesca; casa de farinha; roças; extrativismo da mangaba e palhas; coco; manga; doces e mel. As Tradições foram apreendidas pelo festar dos jovens nas festas religiosas dos padroeiros; festas populares do entorno das comemorações católicas e afro; festas pagãs; festas gospel; festivais; encontros; concursos. As expressões contemporâneas foram apreendidas pelas conexões dos jovens nas escolas; associações; redes sociais; grupos de teatro; grupos de dança; quadrilhas.

Assim, apresentamos a cartografia cultural como expressão viva e múltipla, em constante produção e ressignificação, não somente vivenciada no presente pelos jovens participantes do Projeto Japaratuba em Rede, mas também retida em suas memórias e na paisagem. Tais jovens se apresentaram como ativos na dinâmica da cultura, pois tanto as catadoras de mangaba confirmaram a antiguidade do fazer pelas avós até suas atuações no presente como sujeito social reconhecido, quanto os grupos de dança, múltiplos em suas expressões, se fazem reconhecidos como artistas locais. No entanto, chamou atenção o quanto as expressões tradicionais enraizadas são importantes para esses jovens produtores e participantes de manifestações ressignificadas e contemporâneas.

Ficou claro, também, que a sistematização de informações sobre as expressões culturais não é tarefa fácil. Mas a relativa rapidez de execução das oficinas e o elevado volume de informações, gerado por esse conjunto de procedimentos, habilitam essa metodologia como ferramenta a ser considerada nas diversas etapas de execução de estudos que considerem a dimensão cultural e o seu tratamento, em que pesem as determinações simbólicas, materiais, históricas e políticas da dinâmica produção social. Nesse sentido, ressalta-se como vantajoso o curto espaço-tempo face ao volume de dados levantados e às possibilidades de análise.

¹⁷ Ver Vargas (2015a, 2015b, 2015c).



O projeto “**Grandes projetos e identidades locais: possibilidades e desafios das pequenas comunidades costeiras**”¹⁸ teve início em 2012 e trouxe para a discussão, investigação e reflexão a constituição socioeconômica das comunidades costeiras de Sergipe e os processos de permanências, mudanças e transformações culturais, econômicas, sociais e ambientais que ocorrem em seus territórios na presença de ‘grandes projetos’ que se instalaram na região nas últimas décadas. Para o Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura, tal projeto resultou na associação para o desenvolvimento de metodologia para avaliação de grandes empreendimentos, com o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em nível de formação de três graduandos, dois mestres e um doutorando. Destacam-se, a seguir, os encadeamentos da pesquisa, com ênfase nos caminhos metodológicos, para, posteriormente, se apresentar a produção acadêmica.

A definição pelas pequenas comunidades costeiras deu-se pela constatação de que, embora seja uma região bastante estudada e ‘planejada’, o enfoque cultural carece de olhares mais aprofundados e críticos, em que pese a intrínseca relação entre identidade, território e desenvolvimento, chaves desencadeadoras da pesquisa.

Em termos metodológicos, a primeira atividade consistiu na identificação e no mapeamento do que denominamos grandes projetos presentes no litoral, delimitados para a execução da pesquisa: (i) a rodovia SE-100 (linha Verde Norte-Sul) como modalidade de acesso que favoreceu pequenas comunidades; (ii) a extração de petróleo considerando toda a bacia de Sergipe e Alagoas (SEAL); e (iii) as Unidades de Produção, como fábricas de cimento. Após identificação de 94 povoados e comunidades e visita a 37, decidiu-se pelo estudo aprofundado – descrição densa e etnogeográfica – nos povoados Terra Caída, favorecido pela ponte Gilberto Amado da SE-100, Pedreira e Tigre/Junça, impactados pela extração de petróleo, e Estiva, pela fábrica de cimento.

As chaves metodológicas constituíram-se em indicadores socioeconômicos e de identidade cultural para a avaliação de grandes empreendimentos e projetos, consubstanciando nossos esforços e nossa contribuição para, sobretudo, não propor uma metodologia ‘padrão’ no sentido de padronização de realidades diferentes. Foram levados em consideração os riscos de padronização, norteados nossas atenções para estabelecer como caminho metodológico a abordagem qualitativa, o desenvolvimento de estudos de caso, a etnogeografia como instrumental da pesquisa e interpretação da realidade e a percepção e as representações pela realidade dos sujeitos em seu ambiente de cultura. Assim, propomos um conjunto de indicadores que permite avaliar a relação entre

¹⁸ Realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura – PPGeo/UFS – em virtude do convênio entre a Construtora Norberto Odebrecht S/A (CNO) e a Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de Sergipe (FAPESSE). Equipe: Maria Augusta Mundim Vargas (Coord.), Rodrigo Herles dos Santos, Jorginaldo Calazans dos Santos e Ronilse Pereira de Aquino Torres (Pesquisadores), Eliete Cecílio Furtado e Silva e Daniele Luciano Santos (Bolsistas PIBIC) e César Augusto França Ribeiro (Estagiário).



patrimônio, identidades e base socioeconômica para analisar a perspectiva de pequenas comunidades e sua condição social e espacial frente à inserção de grandes projetos.

i) Para a Base socioeconômica tradicional/atual, o território e a identidade foram tomados como indissociáveis, na medida em que a construção das representações de determinadas porções do espaço é inseparável da construção das identidades. Para seu uso como instrumento de análise, adotamos como referente da base socioeconômica tradicional aquela em que meios de vida são obtidos a partir de processos de trabalho assentados sobre um fazer em relação ao ambiente que envolve transmissão oral de conhecimento sobre as atividades e obedece a princípios geracionais; sobre a base socioeconômica atual, o que expressa processos em que as bases social e de trabalho são de certa forma orientadas por conhecimentos sistematizados, envolvendo subordinação e divisão de trabalho; as perspectivas da base socioeconômica levaram em consideração a trajetória esperada em relação ao comportamento da comunidade e sua base socioeconômica.

ii) Para as Representações sociais, tomaram-se processos e formas de organizações coletivas das comunidades, adotando-se como referentes às Associações, as lideranças e as representações religiosas.

iii) Para o Patrimônio, concebido enquanto fator que sustenta valores e mobiliza dimensões socioeconômicas que interligam e erigem as identidades, considerou-se o que se mobiliza no que se refere às manifestações representativas e às referências do lugar, sejam as edificações, paisagens, práticas ou manifestações culturais adotadas como elementos de referência.

iv) Para a Identidade, considerou-se a reunião de características passíveis de serem analisadas no que diz respeito à conexão de grupos sociais e sua atuação no espaço, carregando conteúdo identitário em pequenas escalas analíticas, ou seja, circunscrito a uma comunidade tradicional ou ao povoado e que traduz o sentido de pertencimento e enraizamento – enraizamento pelo nível de apego que os sujeitos sociais desenvolvem em relação ao seu espaço e é apreendido nos discursos adotados na defesa do seu espaço/território, e o sentido de pertencimento, lido como fundamento-coesão da comunidade em laços de reconhecimento mútuo e no sentido de adesão a princípios e visões de mundo comuns.

A premissa que orientou a formulação dessa pesquisa, de que os grandes projetos contribuem, direta ou indiretamente, para uma nova dinâmica da organização territorial, foi parcialmente refutada e parcialmente confirmada, pois os grandes empreendimentos são responsáveis pelo desencadeamento de mudanças da base socioeconômica, mas não é possível enquadrá-los como os únicos determinantes de um processo de mudança, em que pese a observação de realidades em movimento. Nesse sentido, ressaltamos a importância e a aplicabilidade teórico-metodológica que vislumbramos a partir dessa pesquisa.



As abordagens sobre o patrimônio cultural e as identidades atualmente pressupõem examinar realidades mais ou menos híbridas, multifacetadas e em movimento. O processo da pesquisa demonstrou a abordagem qualitativa útil tanto para a academia quanto como instrumento técnico para futuras aplicações e avaliações. Para a academia, a possibilidade de discussão de conceitos a priori mais indicados, a utilização de categorias de análise e o desenvolvimento de indicadores em si mesmos constituem avanços em termos da relação teoria e realidade; do ponto de vista instrumental, a utilização de mecanismos de pesquisa, como a realização de oficinas temáticas, mostrou-se eficiente em termos de prazos e proporcionou o alcance de resultados confiáveis, com precisão e a baixo custo.

Por essa razão, observamos os aspectos positivos da metodologia que desenvolvemos e empregamos, com o predomínio da execução de oficinas como instrumento, pois estas: (i) estabelecem espaços de interação; (ii) são pautadas no diálogo com a comunidade como oportunidade de exposição (reflexão) das fragilidades, das fraquezas, das fortalezas e das expectativas sobre a realidade, e (iii) proporcionam apreensão e conhecimento da realidade local.

Por fim, ressaltamos os produtos derivados da realização do projeto de pesquisa, situando-o em dois níveis. O primeiro diz respeito ao acompanhamento do texto do relatório final de um banco de dados de referências da pesquisa e à elaboração de acervo fotográfico. O outro, com duas publicações: pela publicação e divulgação dos resultados com a elaboração da cartilha “Identidade e Patrimônio: nossas referências”, pudemos realizar a devolutiva do projeto nas quatro comunidades mais estudadas; esses retornos foram significativos para aqueles que se reconheciam no texto e nas fotos êmicas e identificavam seus nomes como participantes da pesquisa; e, pela publicação da coletânea “Práticas e vivências com a Geografia Cultural”, foi possível visibilizar os estudos acadêmicos que se fizeram concomitantemente à realização do projeto, como dito, pela conclusão de uma tese de doutoramento, duas dissertações de mestrado e duas pesquisas de Iniciação Científica¹⁹.

¹⁹ Ver Vargas (2015d, 2015e, 2015f). Acrescenta-se que, em 2015, Rodrigo Herles dos Santos defende tese de doutoramento: *Território e identidade: representação social e apropriação na forma (ação) de territórios no litoral de Sergipe*; Ronilse de Aquino Torres defende a dissertação *O sentido de ser pescador: signos e marcas no povoado Pedreiras – São Cristóvão/SE*; Jorgenaldo dos Santos Calazans defende a dissertação *As novas territorialidades no processo de criação da Floresta Nacional do Ibura*; Eliete Cecílio Furtado e Silva e Daniele Luciano Santos concluem com bolsa do Programa de Iniciação Científica – PIBIC o projeto “Patrimônio cultural e identidade de pequenas comunidades costeiras do Litoral Sul (povoado Terra Caía) e Litoral Norte (Tigre e Junça)”, e César Augusto França Ribeiro complementa sua formação como estagiário do projeto no Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA ALÉM DO CHÃO E DAS GENTES DO LITORAL SERGIPANO

Não é tarefa fácil arrematar um texto que se propôs apresentar um dossiê sobre nossas geografias do chão e das gentes do litoral sergipano sem que fatos e fenômenos estudados tenham sido pouco enfatizados ou, até mesmo, não mencionados. Procuramos oferecer maiores detalhes das abordagens metodológicas pelo fato de possibilitarem melhor compreensão dos métodos iluminados pelas técnicas e pelos instrumentais que deram suporte aos caminhos metódicos e, assim, proporcionar melhor distinção entre os estudos da década de 1980 e aqueles realizados nos meados de 2015.

Pelo chão e pelas gentes, guardamos registros de encontros inesquecíveis! Chegar ao povoado Ponta dos Mangues, no município de Pacatuba, antes da construção da rodovia SE-100 Norte só foi possível pela gentileza de um fazendeiro em ceder trator e carroceria, em que nos amontoávamos assentadas sobre os isopores para a coleta de material dos bosques e de amostras de caranguejos. Conhecer graduandos de diversas formações na execução dos projetos sobre a socioeconomia do litoral resultou no encontro com pessoas que nos alegram até os dias de hoje. Os campos, sempre exaustivos, findavam com brincadeiras e trocas de experiências de vida, como aquela em que um deles foi impactado pela resposta do entrevistado sobre sua ocupação: matador, respondeu o rapaz e, com os olhos, indagou sobre o que mais gostaria de saber dele. É inesquecível o momento de uma oficina em que, após observar o vídeo feito por um jovem do povoado Badajós mostrando sua avó tecendo uma arupemba – ou peneira – e explicando os passos e as tranças, fui presenteada com o produto de tantos sentidos e histórias. Nos povoados Tigre e Junça, as pessoas são reconhecidas pelo trançado das palhas que transformam em tapetes, abanos, bolsas e até assentos, como marcas de ser e estar no mundo pelos saberes herdados da cultura indígena. Esses relatos encerram o início de muitas histórias que findaram em encontros com as gentes e com as geografias dos territórios costeiros de Sergipe.

Em cada viagem de campo se desenvolvia um projeto, se desvelavam questões, mas certo tem-se a docência e a pesquisa lado a lado desde quando me formei, na década de 1970, com conhecimento único da escola francesa, pois, para mim, a geografia ora era física, ora humana. Com a vivência em sala de aula e como geógrafa de órgão ambiental, as relações homem-meio e sociedade-natureza foram transformando meu olhar para com o mundo em suas múltiplas escalas: o mundo de perto e de longe, o mundo de gentes e coisas conexas, díspares, o mundo que segrega, o mundo solidário etc. A geografia foi-se adensando pelos modelos e modelagens que exigiam muitos esforços e uma equipe significativa em número e em especialidades, mas que não resultavam em conhecimento e ações transformadoras de realidades tão díspares. Foi esse o ponto de inquietação



que motivou direcionar minha formação para a pós-graduação em Geografia, quando a dimensão cultural adentrou o sentido de apreender, compreender e visibilizar fenômenos, fatos, lugares, práticas, representações, territórios, comunidades, signos, significados, sentido e sentidos. Essa geografia ‘surge’ e se me adensa como professora pesquisadora na academia, palco de diálogos e respeito com o/pelo contraditório. Nesse contexto, as metodologias qualitativas passam a iluminar o caminho metódico da dialética.

No texto “Geografizando entre referências, permanências e ressignificações”, exponho que o geógrafo é um colecionador de relações socioespaciais; que fazer Geografia não é fácil, principalmente porque ela não se define, mas, sim, é aprendida ao tempo em que é produzida e referenciada pelas permanências e ressignificações impressas em suas categorias fundantes – espaço, território, região, paisagem, lugar –, uma vez que “ao desvelar as relações os geógrafos vêm mostrando seus fazeres, conhecimento, suas maneiras de explicar por métodos e procedimentos que se aprimoram e se revelam primorosos sustentáculos da disciplina”²⁰.

É, portanto, na abordagem da geografia que se debruça sobre o espaço social para com a cultura que encontro a geografia cultural. Em sendo a cultura um invólucro de conceitos totalizantes – a exemplo de hegemonia, ideologia, imaginário, identidade, entre outros em permanente diálogo com as mentalidades –, a geografia vem se debruçando com suas epistemologias sobre as dimensões da cultura pelas categorias que lhe fundam, auxiliada no transcurso do ‘tempo’ por conceitos circundantes e circunstanciais. Ora, o modo de vida e a qualidade de vida tratados no estudo da socioeconomia dos caranguejeiros na década de 1980 não se aplica ao modo de vida dos lugares-territórios das comunidades costeiras observados em 2015.

Certamente, a geografia contribuiu e contribui na renovação do pensamento geográfico brasileiro. Como não tomar como geografia – em sua abordagem cultural – a análise do fenômeno recente de suspensão e supressão das expressões socioculturais que vivenciamos com a conjunção de uma crise sanitária e uma crise política? A região costeira, assim seccionada, é tomada como recorte analítico. A atenção para com o espaço social e a escuta de sujeitos e representações da educação, da cultura e do meio ambiente expõe opressão, exclusão, abandono, entre outros. Por exemplo, como visibilizar comunidades tradicionais e mestres da cultura popular? Como se posicionar frente ao desmonte das instituições de cultura, meio ambiente, educação, amparo social etc.? Como avaliar a influência política, econômica e social dos grandes empreendimentos da indústria do petróleo que desativaram suas atividades, bem como o caso do escritório que se transferiu para unidades de outros Estados? Como, no transcurso de uma sindemia, identificar novas formas de organização e os processos de formação das representações das comunidades costeiras? Como identificar novas formas de produção e apropriação do patrimônio cultural e sua contribuição

²⁰ Ver Vargas (2020, p. 111).



para com a base socioeconômica? Como verificar e apreender a diversidade cultural como elemento formador de identidade e fortalecimento da organização territorial?

Pela Geografia!

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

SERGIPE. **Levantamento Sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá**. Relatório. Aracaju: Adema, 1984.

SERGIPE. **Cultura e Diversidade** – conhecer, reconhecer, valorizar. Aracaju: Secretaria de Planejamento, 2010.

SOTCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas**. (Métodos em Questão, 16). São Paulo: Instituto de Geografia USP, 1977.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

VARGAS, M. A. M. Levantamento Sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá. **Revista GeoNordeste**, v. 3, p. 1-16, 1986.

_____. Levantamento Sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá. In: DIEGUES, A. C.; SALES, R. R. de (Coords.). **Ciências Sociais e o Mar no Brasil**, 1988. p. 111-129.

_____. (Coord.). **Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo - Área limdeira à faixa de dutos Carmópolis-Atalaia**. Relatório. 6 volumes. Aracaju: UFS/UENF/UN-SEAL, 2004.

_____. (Coord.). **Valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe**. Relatório. 3 volumes. Aracaju: UFS/UENF/UN-SEAL, 2006.

_____. Território de identidade nos territórios de planejamento: heranças e construções em Sergipe. **Revista Anpege**, v. 7, n. 1, p. 99-109, 2011.

_____. Festas patrimônio: os ciclos junino e natalino de Sergipe. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 252-273, 2014.

_____. **Mapeamento de Identidades Culturais e Diagnóstico Participativo**: patrimônio cultural e identidade dos jovens do município de Japaratuba/SE. Relatório. 98 p. Aracaju: Instituto Banese, 2015a.

_____. **Cartografia Cultural** – Patrimônio e identidade dos jovens do município de Japaratuba/SE. Aracaju: Instituto Banese, 2015b.



_____. (Coord.). **Grandes Projetos e Identidades Locais**: possibilidades e desafios das pequenas comunidades costeiras. Relatório. 3 volumes. São Cristóvão/SE: NPGeo/UFS-CNO/FAPese, 2015c.

_____. **Atlas das Celebrações**: festas dos ciclos junino e natalino em Goiás e Sergipe. Aracaju: Instituto Banese, 2016.

_____. Desvelando heranças, tradições e práticas de jovens de Japarutuba/SE-Brasil. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 15, n. 1, p. 3-39, 2017.

_____. Geografizando entre referências, permanências e ressignificações. In: MENEZES, S. de S. M.; PINTO, J. E. S. de S. **Geografia e geografia**: escolhas, trajetórias e reflexões. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2020. p. 111-140.

_____; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. (Orgs.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: Edise, 2015.

_____; _____. (Orgs.). **Patrimônio e Identidades**: nossas referências. Aracaju: Edise, 2015d.

_____; NEVES, S. **Inventário Cultural de cada um dos oito Territórios de Sergipe e Elaboração de um Atlas da Cultura Sergipana**. Relatório. 171 p. Aracaju: PPGeo/UFS/Sociedade e Cultura, 2009.

_____; _____. Olhares sobre identidades e festas em Sergipe. In: **Anais do XIII Egal**, San Jose/Costa Rica, 2011, p. 125-140.

_____ et al. Inventário cultural para os territórios de identidade de Sergipe. In: **Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia**, Aracaju, 2010, p. 1805-1815.